



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

## DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO SETEMBRO 2014

O presente demonstrativo é parte da política de transparência da gestão dos recursos previdenciários, bem como outros que se encontram a disposição dos segurados, em atendimento a Portaria do Ministério da Previdência Social nº 440/13.

### FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Criado pela Lei Complementar Estadual nº 412 de junho de 2008, os recursos financeiros do Fundo Previdenciário encontram-se, em sua totalidade, alocados nos fundos de Investimento do Banco do Brasil, por força de contrato entre o governo do Estado de Santa Catarina e aquela instituição financeira.

### META ATUARIAL

A Meta Atuarial estabelecida com base no Relatório Atuarial, que analisa o comportamento da massa de assegurados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), dos riscos e expectativas econômicas, levando também em consideração as tábuas de mortalidade publicadas pelo IBGE foi estabelecida para o exercício em **5,75% + a variação do IPCA.**

### POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A política de investimentos é o documento que sinaliza as expectativas econômicas, do mercado financeiro, dos agentes financeiros e da equipe de gestão do IPREV/SC, e estabelece os limites das aplicações dentro das modalidades permitidas, em conformidade com as normas contidas na **Resolução 3922/10 do Conselho Monetário Nacional.**

### COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Composto por servidores do órgão gestor, e responsáveis pela deliberação das alocações dos recursos, nos fundos de investimento disponíveis no mercado, observados os limites legais e da política de investimentos.

### IMA

O Índice de Mercado ANBIMA (IMA) é uma família de índices que representa a evolução, a preços de mercado, de uma carteira teórica de títulos públicos que são utilizados como benchmark para o segmento renda fixa.

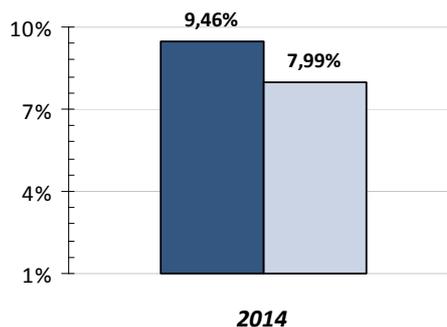
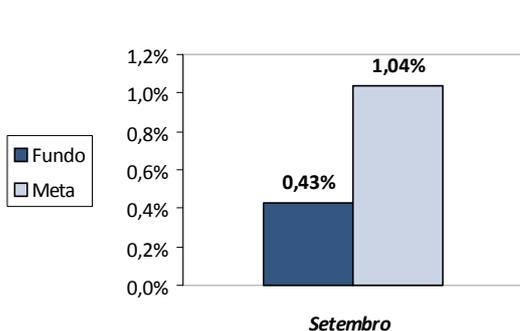


ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS

Rentabilidade

Setembro	
Fundo	Meta
0,43%	1,04%

2014	
Fundo	Meta
9,46%	7,99%

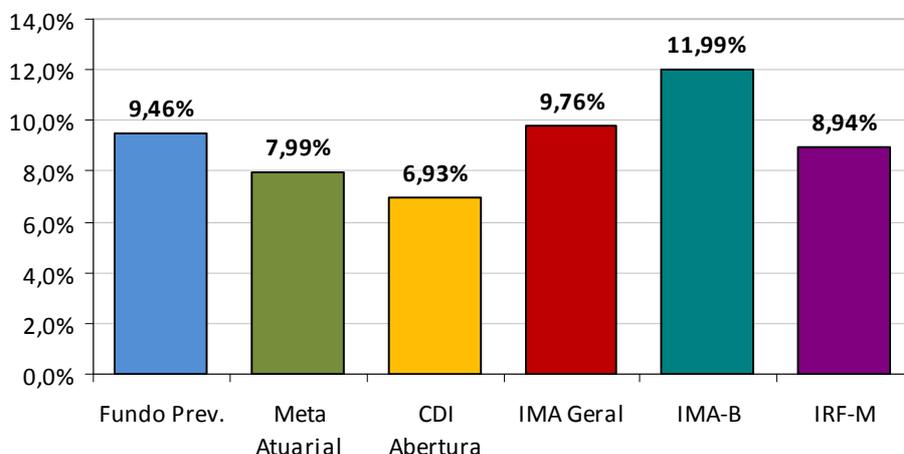


Os investimentos do IPREV obtiveram durante o mês de Setembro de 2014 um rendimento da ordem de 0,43%, em relação a meta atuarial de 1,04%. Já para o ano de 2014 indicou um resultado de 9,46% contra uma meta de 7,99%. O resultado é atribuído pela carteira de investimento composta pelos fundos de investimentos atrelados aos seguintes indicadores:

FUNDO	TOTAL	%
BB PREVID RF IRF-M	19.913.648,43	4,63%
BB PREVID IMA-B TP	0,00	0,00%
BB Previd TP IPCA II	43.155.485,26	10,02%
BB Previd RF IRF-M1	227.034.974,17	52,73%
BB Previd RF IMAB 5+	0,00	0,00%
BB PREVID RF IDKA 2	24.903.217,75	5,78%
BB Prev IMA Geral Ex	305.043,96	0,07%
BB APLIC POS SELIC	49.341.690,59	11,46%
BB Previd RF IMA-B5	17.076.407,12	3,97%
BB Comercial 17	0,00	0,00%
BB Previd RF Fluxo	197.050,14	0,05%
BB Previd RF Perfil	2.235,48	0,00%
BB PREV TP IPCA	33.367.465,80	7,75%
BB RPPS RF IPCA II	3.435.845,57	0,80%
BB RPPS RF IPCA III	11.801.031,97	2,74%
<b>TOTAL</b>	<b>430.534.096,24</b>	<b>100,00%</b>
<b>FUNDO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>430.534.096,24</b>	<b>83,54%</b>
FUNDO FINANCEIRO (Regime de Caixa) APLICADO INTEGRALMENTE EM CDI, TOMANDO OS LIMITES DA RESOLUÇÃO 3.922/10.	73.666.580,74	14,29%



### Indicadores 2014



O Certificado de Depósito Bancário (CDI) registrou variação de 6,93% no ano de 2014. Os CDI's são os títulos de emissão das instituições financeiras, que precificam as operações do mercado interbancário.

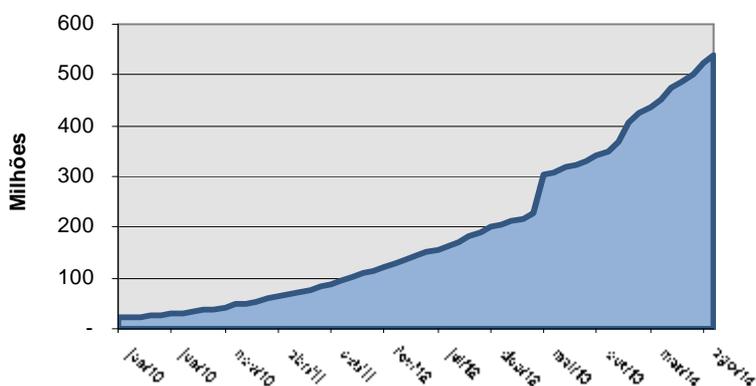
Já o IMA Geral assinalou variação de 9,76%, enquanto o IMA-B variou 11,99% no ano atual. O IMA-B possui rentabilidade calculada pela variação das NTN's com vencimento em até 5 anos.

Por fim, o IRF-M, também subíndice da família IMA que expressa o retorno dos ativos prefixados (LTNs e NTN's), assinalou variação de 8,94%.

A seguir temos a evolução do patrimônio do Fundo Previdenciário até Setembro de 2014, contendo na tabela os valores dos últimos 12 meses. A partir do mês de Maio de 2013 foram incluídos os imóveis no demonstrativo.

### Evolução Patrimonial 2013/2014 - FUNDO PREVIDENCIÁRIO

Período	Valor
out/13	R\$ 343.039.305,71
nov/13	R\$ 349.044.605,94
dez/13	R\$ 367.978.826,63
jan/14	R\$ 405.169.985,15
fev/14	R\$ 425.243.711,60
mar/14	R\$ 437.988.213,14
abr/14	R\$ 453.767.925,40
mai/14	R\$ 473.311.477,27
jun/14	R\$ 485.855.689,13
jul/14	R\$ 501.019.569,83
ago/14	R\$ 523.454.999,34
set/14	R\$ 538.239.238,93





O patrimônio total do fundo previdenciário (F.P) é formado pela contribuição obrigatória dos segurados, pelos valores recebidos na locação dos imóveis e o rendimento das aplicações financeiras.

### Formação do Patrimônio

Período	Contribuição		Renda Imobiliária	Renda Mobiliária		TOTAL
	Servidor	Patronal		Carteira	Dividendos	
jan/14	4.585.717,78	4.575.831,72	24.140,53	560.555,22	-	9.746.245,25
fev/14	4.957.612,33	4.959.152,13	61.051,04	10.110.420,18	470,59	20.088.706,27
mar/14	5.215.302,92	5.208.533,04	97.808,84	2.230.494,11	1.120,56	12.753.259,47
abr/14	5.334.953,37	5.332.451,70	80.975,82	5.604.631,38	-	16.353.012,27
mai/14	5.520.130,63	5.507.578,56	84.039,56	9.295.473,33	289,21	20.407.511,29
jun/14	5.563.522,27	5.537.886,92	62.536,12	2.001.729,37	1.143,43	13.166.818,11
jul/14	5.760.915,42	5.773.047,92	271.792,12	3.683.222,16	0,00	15.488.977,62
ago/14	6.200.052,46	6.195.170,50	60.592,12	10.305.181,52	280,53	22.761.277,13
set/14	6.441.812,98	6.432.894,10	152.576,12	2.092.276,06	1.198,35	15.120.757,61
Total 2014	<b>49.580.020,16</b>	<b>49.522.546,59</b>	<b>895.512,27</b>	<b>45.883.983,33</b>	<b>4.502,67</b>	<b>145.886.565,02</b>

Fonte: SIGEF/SC Setembro 2014

No ano de 2014 ingressou no fundo previdenciário um total de R\$ 145 milhões, perfazendo um patrimônio total do F.P. de R\$ 538,2 milhões.

### Análise Macroeconômica<sup>1</sup>

Durante o mês de setembro, os dados divulgados sobre a economia americana mantiveram a tendência de recuperação do crescimento econômico. Entretanto, os dados do mercado de trabalho indicam melhora apenas do nível de emprego – isto é, os salários ainda crescem muito pouco. Na reunião do Fed no mês de setembro, conforme nossa expectativa e de todo o mercado, as compras mensais de ativos foram reduzidas a US\$ 15 bilhões. Acreditamos que na reunião de outubro a decisão seja pela zeragem total das compras – ou seja, novembro será o primeiro mês sem colocação de mais dinheiro via compra de títulos.

<sup>1</sup> A ANÁLISE MACROECONOMICA é fornecida pela Somma Investimentos, consultoria contratada pelo IPREV.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS**

O comunicado pós-reunião do Fed mostrou uma convergência de opinião entre seus membros bastante incomum, mas que foi desfeita com os últimos discursos dos presidentes regionais. Por outro lado, teve muita importância a ata desta reunião, que deu grande peso ao crescimento econômico “decepcionante” da Zona do Euro, do Japão e da China (inclusive, a ata citou o Brasil como um país que “caiu em recessão”). O crescimento menor do resto do mundo acaba atrapalhando o crescimento americano pelo fato de as exportações americanas contribuírem abaixo de seu potencial, neste contexto. Além disso, a normalização da política monetária feita pelo Fed, somada aos estímulos monetários da Zona do Euro e do Japão, levam à apreciação do dólar frente às demais moedas, o que acaba, mais uma vez, restringindo o crescimento das exportações dos EUA.

Por enquanto, a ata parece indicar uma cautela excessiva sobre a situação americana – afinal, o PIB do segundo trimestre foi revisado para 4,6%, os demais dados de atividade mostram crescimento, e o mercado de trabalho está passando por sua trajetória de recuperação (posto que ainda não a tenha concluído). A ata do Fed também mostrou cautela com relação à sinalização sobre sua atuação futura: os membros do Comitê debateram sobre os riscos por trás do fim do uso em ata da expressão “período considerável de tempo” (que o Comitê utilizava para indicar quanto tempo esperaria após o fim dos estímulos para aumentar os juros). Os membros demonstraram que o aumento dos juros é “data dependente”, ou seja, depende dos dados de atividade econômica. Acreditamos que a trajetória de crescimento se manterá nos próximos meses, o que possibilitará que os juros sejam elevados entre maio e junho do próximo ano.

As preocupações do Fed com a Zona do Euro, embora embasadas, parecem um pouco exageradas. A inflação daquela região permanece extremamente baixa (0,3% no acumulado em 12 meses), enquanto o desemprego continua muito alto. Por outro lado, ninguém esperava que a inflação se fortalecesse, tampouco que o mercado de trabalho se recuperasse. Os resultados vêm sendo apenas de uma economia em um crescimento frágil porém positivo e pequeno. Além disso, o presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, mostra-se sempre muito disposto a colocar ainda mais medidas de estímulo monetário. Após ter baixado por duas vezes as taxas de juros da economia, o italiano agora voltou a falar em “estímulos não convencionais” (ou seja, em compra direta de títulos soberanos dos países da Área do Euro).

A questão que permanece é que o Banco Central da Alemanha continua pouco afeito a este tipo de ação. Em contrapartida, o BC alemão sugere uma união fiscal entre os países, o que possibilitaria a ação de comprar os títulos



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS**

de dívidados seus membros. Porém, se a união monetária já foi difícil de conquistar, uma união fiscal é algo ainda

mais complicado de se obter. Ao entrar na Zona do Euro, os países automaticamente abrem mão de fazer política monetária e cambial. Assim, se fizerem uma união fiscal, os governos perdem a possibilidade de fazer política fiscal – não restaria qualquer forma eficaz de se fazer política econômica aos governos europeus. Isso é encarado por alguns como perda de soberania, por isso acreditamos que a união fiscal é algo que, se ocorrer, deve demorar algum tempo.

A China continua com resultados semelhantes aos dos meses anteriores, isto é, com tendência de moderação na atividade. Houve desaceleração das vendas no varejo e da produção industrial. Apesar disso, o PMI médio divulgado ficou um pouco acima de 50, o que mostra crescimento da atividade, embora não se trate de nada muito animador. Ainda mantemos nossa projeção de crescimento de ligeiramente superior a 7%.

No Brasil, o destaque (na verdade desde o início de outubro) foi, sem dúvida, o resultado do primeiro turno das eleições presidenciais, que levou a disputa para o segundo turno entre a atual presidente Dilma Rousseff e o senador Aécio Neves. A surpresa foi pela votação de Aécio, surpreendentemente acima do divulgado nas pesquisas eleitorais – inclusive, muito acima da margem de erro. A disputa presidencial é hoje o principal foco do mercado, dado que se esperam diferenças muito relevantes na forma de conduzir a política econômica por parte dos dois candidatos. Em nosso cenário, trabalhamos com a vitória de Aécio Neves como mais provável, dado (i) seu forte crescimento nas últimas pesquisas, (ii) o apoio divulgado por Marina Silva, que deve ratificar a migração de seus votos ao senador e (iii) a forte rejeição à presidente Dilma.

Esperamos que a condução da política econômica seja significativamente mais austera, isto é, os juros devem ser elevados em 2015 até 12%, e o superávit primário do próximo ano deverá ser superior ao resultado deste ano. Esperamos uma melhora da confiança dos agentes, especialmente dos empresários, o que pode induzir a uma recuperação econômica muito importante, dado o cenário extremamente deteriorado.

Observando a situação atual da economia brasileira, temos a inflação novamente acima do teto da meta (o IPCA acumulado em 12 meses atingiu 6,75% em setembro), o quarto mês consecutivo de déficit primário das contas (de maio até agosto), mais ameaças de rebaixamento de nosso rating soberano, aumento do déficit em conta corrente, piora da confiança de empresários e consumidores, mais depreciação de nossa moeda e aumento do risco de piora da taxa de desemprego.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO**  
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**DIRETORIA DE GESTÃO DE RECURSOS PREVIDENCIÁRIOS**

Desta forma, é importante termos em mente que o ano de 2015 será um período de ajuste macroeconômico, porém suas consequências serão provavelmente benignas para a economia brasileira. O ano dependerá não só da qualidade da política econômica, como também da capacidade de coordenação e liderança do chefe de Estado.